



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA RESPOSTA AO RACISMO NAS ESCOLAS - O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

AUTORA: ANA PAULA DE ARAUJO GOMES CARVALHO

UNIABEU – CAMPUS II – NILÓPOLIS/RJ

Endereço Eletrônico: anapcarvalho2006@yahoo.com.br

anagcarvalho2009@gmail.com

ana.carvalho@uniabeu.edu.br



“A ação educativa deve ser uma “ação cultural” que leve à libertação de todos os educadores e educadoras, de todos os educandos e educandas, de todos os meninos e de todas as meninas, de todos os negros e de todos os “não-negros” ... libertação de todas as formas de preconceito e discriminação que impedem, a todos de “ser mais”.

(Santos,2001)

O ano de 2003, foi um marco para o início efetivo da luta institucionaliza contra o racismo e toda a forma de discriminação que ocorriam e ainda ocorrem na sociedade brasileira. Na realidade foi o momento do reconhecimento (um tanto quanto forçado pela sociedade civil e pelo movimento negro), por parte do governo brasileiro da necessidade de uma legislação específica sobre a educação etnicorracial.

Essa legislação foi direcionada à educação na promulgação da Lei 10639/2003¹ e depois alterada pela Lei 11645/2008². A partir dessa legislação as escolas públicas e privadas de todo o território nacional deveriam incluir em seu currículo a história da África e do negro no Brasil nas áreas de conhecimento em História, Literatura e Educação Artística.

No que se refere ao município de Nova Iguaçu, as ações afirmativas³ tiveram seu início com o primeiro mandato do Prefeito Lindberg Farias (PT), foram oferecidos cursos de formação para os professores da rede municipal para que estes estivessem

¹ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

³ Ação Afirmativa é um conjunto de políticas que compreendem que, na prática, as pessoas não são tratadas igualmente e, conseqüentemente, não possuem as mesmas oportunidades, o que impede o acesso destas a locais de produção de conhecimento e de negociação de poder.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aptos a trabalhar com a temática da História da África e também do preconceito e discriminação em todas as suas manifestações.

O primeiro curso oferecido foi “Gênero e Diversidade na Escola”, esta formação ocorreu em parceria com a Coordenadoria de mulheres do município de Nova Iguaçu e a Secretaria de Educação, foi ministrado pelo CLAM/IMS/UERJ no ano de 2006. Esta formação tinha como objetivo fornecer elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola. A expectativa desse curso aos profissionais era o de adquirirem, no cotidiano da sala de aula, instrumentos para refletir e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvam relações de gênero, étnico-raciais e questões sobre sexualidade.

O Curso seguinte, ou melhor, a formação continuada oferecida foi organizada pela Secretaria de Educação do município no ano de 2007. Este projeto chamado “A Cor da Cultura”, tinha o objetivo da apresentação e utilização de materiais midiáticos em uma série de programas que foram veiculados pelo Canal Futura em parceria com a Rede Globo e a SEPPIR⁴ que teriam a sua utilização veiculada nas escolas da rede de Nova Iguaçu, as escolas participantes foram em número de 35 e de cada uma delas foram escolhidos 2 (dois) professores para multiplicar e aplicar o material da formação para professores e alunos. (Anexo – 1)

E por último, mas não como o fim do projeto de cursos de capacitação (assim espero), da Prefeitura de Nova Iguaçu o I Curso de História Afro brasileira que contou com a participação de 200 professores das redes municipal e estadual de Nova Iguaçu. Este curso teve como objetivo a complementação e confecção de materiais didáticos para serem aplicados nas escolas do município e principalmente sinalizar para o fato de que o ensino de história da África e do negro no Brasil é possível, que existe variada bibliografia sobre o tema e que já se faz tarde a apresentação do negro como livre e não como escravizado. Do negro como ator de processos políticos e econômicos. E principalmente do negro com visibilidade. (Anexo – 2)

⁴ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Algumas respostas práticas já obtivemos por conta dessas formações: Workshop de Educação da Metropolitana I, Apresentação de trabalhos no Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu e O Projeto A África está em nós”, realizado no Ciep Brizolão 358 – Alberto Pasqualini.(Anexo – 3). Mas não são suficientes estes projetos, precisamos indagar do professor a sua resposta quanto à modificação sofrida por ele para poder encarar o racismo na escola.

A princípio recolhi citações de professores participantes das formações, mas ao longo dessas narrativas recolhidas percebi a necessidade de uma pesquisa mais sistemática, criei um questionário fechado para quantificar as indagações que foram se avolumando em minha pesquisa, que está longe de estar concluída.(Anexo – 4)

A partir da narrativa dessas formações municipais, identificamos um grupo de professores que continua a acreditar que o racismo é apenas uma construção para originar uma divisão na sociedade no que se refere ao lugar do(a) negro(a) e do(a) branco(a). Podemos identificar nesse grupo o que é chamado pela professora Eliane Cavalleiro, de “ritual pedagógico do silêncio”⁵, ou seja, eles preferem não tomar partido ou não se envolver nas questões de preconceito e discriminação que possam ocorrer no ambiente escolar. Para estes docentes os cursos de formação continuada são perda de tempo e história da África seria uma “matéria” a mais na grade curricular das escolas.

Acreditamos que o racismo tem que ser eliminado, a diversidade não deve ser tratada como exotismo, superioridade ou inferioridade, mas como escreve Munanga(2005)⁶, uma atitude responsável por parte do professor ou professora:

“Mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade, e também ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença,

⁵ Do silêncio do lar ao silêncio escolar :racismo e preconceito na educação infantil.

⁶ Superando o racismo na escola



sobretudo quando esta foi negativamente introjetada”.

Partindo dessa premissa meu objetivo é analisar o possível resultado dessas formações no ambiente escolar no que se refere ao cotidiano de professores. E procurar responder as seguintes questões: Com essas ações, o número de manifestações racistas diminuiu? As crianças afrobrasileiras em idade escolar passaram a se identificar com negros e mestiços, conseguem ver figuras positivas na escola e fora dela? Quais foram as ações concretas realizadas pelos docentes para a tentativa da erradicação do racismo nas escolas do município de Nova Iguaçu? Existe resistência dos docentes na realização das ações?

É dever da escola estar preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e alunas compreender as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. A educação não é doutrinação, mas deve estar aberta a toda e qualquer discussão. É justamente aí que vai entrar o professor ou professora, se ele ou ela não estão preparados para falar sobre assuntos ligados a raça, etnia, gênero ou discriminação de qualquer tipo muitas vezes é melhor mascará-las ou dizer que essas questões não existem na escola. Mas como mascarar essas questões, se uma criança é chamada de “macaca”, um menino de “mariquinha”, um adolescente de “paraíba”. Qual é o papel exercido pela escola e pelo educador?

Como é apresentado nos PCNs, a escola é um espaço para a construção de identidade, não só do(a) aluno(a), mas também e principalmente dos professores e das professoras: “Todas as vivências no espaço escolar são educativas e concorrem para os processos de constituição da identidade dos alunos.”⁷

Partindo desse pressuposto, entende-se que o ambiente escolar é fundamental para a construção de uma imagem positiva ou negativa que a criança ou o (a) jovem negro (a) aprende a ter de si mesma. Se ocorrer uma formação docente de qualidade e com responsabilidade todos serão beneficiados e teremos condições de iniciar a

⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desconstrução do racismo e do preconceito e o fortalecimento da equidade e do respeito a todos que estão na escola e na sociedade.

Utilizarei como base para a pesquisa: entrevistas, preenchimento de questionários(alunos/professores), registros fotográficos, PPP das escolas visitadas, livros didáticos escolhidos para utilização dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Carlos Henrique e ARAUJO, Ubiratan Castro. Desigualdade Racial e desempenho escolar. 2003. INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: WWW.inep.gov.br/imprensa/artigos/araujo_ubiratan_imp.htm. Acesso em: 08/06/06.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDAU, Vera Maria.(ORG.) **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANEN, Ana. **Formação de professores: diálogo das diferenças**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-94, out.-nov. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (ORG.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, outubro de 2005. p. 31 a 33.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores(as) para a diversidade étnico-racial.** Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine L. G. Resende, Ana C. Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, e Sayonara Amaral. 1ª. Reimpressão revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. **Observatório da Cidadania**, p.55-61, 2002.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. 2002. Disponível em: [HTTP://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html](http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html). Acesso em: 08/06/06.

NASCIMENTO, Alexandre. **Ação afirmativa da luta do movimento social negro as políticas concretas.** Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda.(ORG.) **Relações raciais e educação: novos desafios.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Por que estudar a história da África?** Rio de Janeiro: CEAP, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

PRUDENTE, Wilson. **Política de Reparação**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

SCHWARTZ, Lília K.M. **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA Jr, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Sumus, 2001. p.65-82.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VALENTIM, Rute M. e BACKES, José L. **A lei 10.639/03 e a educação étnico-cultural /racial: Reflexões sobre novos sentidos na escola**. s/a. Disponível em: http://www.neppi.org/anais/textos/pdf/lei_10639.pdf. Acesso em: 10/03/09.